

PROGRAMA ALFABETIZAÇÃO SOLIDÁRIA: MAIS UMA INICIATIVA SOCIAL

Gilcimara Santana Silva e Taiane Barbosa Ferreira¹

RESUMO: *A existência no Brasil de cerca de 14,6 milhões de cidadãos que não sabem ler e escrever está intrinsecamente ligada, à exclusão social. Acreditamos que concorreram para o alcance desses vergonhosos números a falta de uma efetiva política pública na Educação de Jovens e Adultos. Essa modalidade de ensino nunca, dentre as políticas públicas, obteve lugar de destaque. Poucos foram os esforços entre os diferentes poderes governamentais, no intuito de superar o analfabetismo. Essa postura é endossada, na década de 90, com a idéia de estado mínimo e a priorização do ensino fundamental em detrimento dos demais níveis de ensino. Nessa direção, esse estudo busca conhecer estruturas e impactos do Programa Alfabetização Solidária, Alfasol, criado no combate ao analfabetismo, visto que esse se constitui como uma possibilidade no conjunto das Políticas de EJA. Porém não podemos perder de vista nosso objetivo maior, que é analisar o Alfasol, buscando entender o porquê de este programa ser uma iniciativa social. Na consolidação deste artigo juntamente, com a pesquisa bibliográfica, levamos em consideração as experiências desenvolvidas na atuação como Coordenadoras Setoriais do Alfasol em alguns municípios baianos. Por fim, dentro de um contexto social em que ler e escrever é só o início, entendemos a vontade política como indispensável para formação de um país melhor.*

Palavras-chave: Política pública; Analfabetismo; Alfasol

INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos, ao longo da história do nosso país, nunca foi legitimada como um direito de fato. Esta sempre trilhou caminhos tortuosos. As Políticas Públicas, em sua maioria, foram emergenciais e assistencialistas. As poucas que perpetuaram por mais tempo tinham mais o caráter de formar eleitores e, mais tarde, mão-de-obra barata para o mercado emergente, do que possibilitar a estes cidadãos um ensino que permitisse o pleno domínio da leitura e escrita e sua inserção no ensino regular.

Desse modo, chegamos, ao século 21, com um considerável número de analfabeto. No Brasil, há cerca de 14,6 milhões de cidadãos que não sabem ler e escrever, algo inadmissível, diante de um contexto social em que novas competências são determinantes num mercado de trabalho cada vez mais exigente.

Partindo desse pano de fundo e acreditando que contribuíram, significativamente, para o alcance de tais proporções, a falta de uma política efetiva e sistemática entre os diferentes entes Federados, faremos um estudo o mais significativo possível de mais um Programa de iniciativa social.

Neste estudo, delinearemos o Programa Alfabetização Solidária (Alfasol) programa criado no intuito de combater o analfabetismo. Também é bom salientarmos que contribuíram para a consolidação deste, além da literatura consultada, as experiências desenvolvidas na atuação de Coordenadoras Setoriais de alguns municípios baianos, pois nosso objetivo não se

¹ Graduandas do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS. Orientadora: Nadja Maria Lima Maciel.

restringe apenas em conhecer a estrutura e impactos do Programa, mas analisá-lo por ser mais uma iniciativa social no combate ao analfabetismo.

Para maior entendimento dos leitores, optamos por apresentarmos nosso estudo, inicialmente embasado em uma breve trajetória das políticas públicas do EJA, para posteriormente conhecermos o Alfamol e suas em subseções, escolhidas por nós.

POLÍTICAS PÚBLICAS E A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: LIMITES E POSSIBILIDADES

De modo geral, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) nunca teve destaque dentre as políticas públicas de fato, nunca houve uma política social de esforço articulado entre os poderes governamentais, no intuito de superar o analfabetismo. Percebemos as primeiras iniciativas sistemáticas com relação ao EJA a partir dos anos 30, quando a oferta de ensino público primário, gratuito e obrigatório tornou-se direito de todos. Para Haddad (1994), o EJA no caso brasileiro:

É mais uma educação para os pobres, para os jovens e adultos das camadas populares, para aqueles que são maioria nas sociedades de Terceiro Mundo, para os excluídos do desenvolvimento e dos sistemas educacionais de ensino. Mesmo constatando que aqueles que conseguem ter acesso ao Programa de EDA são os com melhores condições entre os pobres, isto não retira a validade intencional do seu direcionamento aos excluídos. HADDAD (1994,p.86).

Conforme as literaturas, é após a segunda guerra mundial, com particular incentivo da UNESCO, que uma série de iniciativas de grande alcance toma conta do cenário educacional, apontando-nos recomendações de política e gestão do EJA. A partir desse período, há no Estado um crescente movimento de reconhecimento desta educação, reconhecimento este que será contemplado como direito do jovem e adulto.

Na década de 50, a sociedade brasileira exigia mão-de-obra para os recém-formados postos de trabalhos, o país passava por um crescimento econômico, possibilitando uma maior mobilidade social. Este fato contribuiu, significativamente, para a proliferação de iniciativas no âmbito desta modalidade de ensino.

Segundo Haddad (1994), há intrínseca união entre educação de adultos e desenvolvimento social. Para ele o desenvolvimento econômico atrelado à mobilidade social é fator condicionante ao bom desempenho de programas de EJA; diferentemente do que normalmente se pensa, a EJA é apenas fator de desenvolvimento e distribuição de renda.

Na década de 80, o Brasil lidera os países com maior desigualdade social, impedindo, conseqüentemente, a melhoria dos índices de analfabetismo.

Já na década de 90, a educação brasileira como um todo viverá um clima de intensa efervescência, em cujos comentários nos deteremos um pouco mais, aliás, é neste período, mas sem efetivas mudanças, que um novo redimensionamento será dado à Educação de Jovens e Adultos.

Ao longo deste período, o mundo foi tomado por mudanças profundas. A revolução científica e tecnológica, como fato global, mudou os paradigmas de produção e transformou, radicalmente, o cotidiano das pessoas. A Globalização com sua política Neoliberal foi forte concorrente para diferentes posturas desencadeadas pelo Estado.

Neste período, encontraremos fatos que serão essenciais para entendermos os limites das Políticas do EJA. Dentre eles, destacamos a Conferência de Educação para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia no ano de 1990, dando novo desdobramento à educação. Para Pinto (2002), essa conferência:

Vai inaugurar a política, padronizada por esse banco [Mundial] de priorização do ensino fundamental, em detrimento dos demais níveis de ensino, e de defesa da relativização do dever do Estado com a Educação, tendo por base postulado de que a tarefa de assegurar a educação é de todos os setores da sociedade. (PINTO, 2002, p.11)

Ou seja, o Estado colocará que é dever de todos os setores assegurar a educação, minimizando, conseqüentemente, suas ações no sentido de viabilizar uma política concreta, no que diz respeito ao financiamento dos níveis e modalidades de ensino.

No que tange à Educação de Jovens e às políticas públicas ligadas a este setor, pouca coisa mudou. Contudo, o mercado de trabalho, hoje, exige competências a esta clientela, que os sistemas de ensino terão que oferecer. Continuarmos a observar ações isoladas, emergências, recursos insuficientes e salas compostas pelos “famosos professores voluntários”, muitas vezes mal preparados para lidar com esta peculiar forma de ensino.

Embora as Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos e a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), 9.394/96, preconizem que a União sempre atuou de alguma maneira no âmbito da educação de jovens e adultos sob forma de assistência financeira ou articuladora o novo texto legal insere o EJA numa modalidade do ensino fundamental, garantindo como direito público e subjetivo. Entretanto, vemos o Estado focalizar suas ações, especialmente, no ensino Médio, reduzindo conseqüentemente sua presença nessa área. Já os municípios, a própria LDB, no Art.11 inciso V, diz: os municípios incumbir-se-ão de oferecer a educação infantil [...] e com prioridade, o ensino fundamental, permitida a atuação em outros níveis de ensino somente quando estiverem atendidas plenamente as suas necessidades [...].

Nessa perspectiva, podemos nos perguntar com quem fica a responsabilidade de manter e oferecer a Educação de Jovens e Adultos, já que a União presta somente assistência técnica e financeira às diferentes instâncias do Poder Público, completando suas ações em parcerias com outras instâncias sociais, e o Estado restringe basicamente suas ações ao Ensino Médio e os municípios priorizam o ensino fundamental. As Diretrizes Curriculares do EJA (2000) comentam a questão:

[...] ao lado da presença intermitente do Estado, estão presentes as parcerias de associações civis com os poderes públicos, iniciativas próprias que, voluntariamente, preenchem lacunas naquilo que é dever do Estado. A sociedade organizada, máxime mediante entidades sem fins lucrativos, deve colaborar com os titulares do dever de atendimento da escola [...] o saber destas associações pode se constituir num tesouro imenso de indicações, apontamentos de ordem cultural e metodológica quando se propõem a tematizar e trabalhar no âmbito da educação escolar. (Diretrizes Curriculares de Educação de Jovens e Adultos, 2000, p.51).

De acordo com Kleiman (2001), os fatores sociais e políticos são apontados com algo relevante para explicar o fracasso da alfabetização de jovens e adultos, porém estudos mostram que os programas desenvolvidos na área, embora necessário para o desenvolvimento dos grandes

grupos marginalizados pela pobreza, não são suficientes para integrá-los na sociedade dominante. A vontade política será crucial para mudar tal situação.

Desse modo, enquanto não existir uma política efetiva, gerenciada pelo Estado, a atuação da sociedade civil constitui-se numa importante iniciativa no combate ao analfabetismo. E isso veremos no Programa Alfabetização Solidária(Alfasol).

Alfasol

O Alfabetização Solidária é um programa de combate ao analfabetismo. Este programa tem o intuito de desenvolver um movimento de solidariedade nacional a fim de minimizar essa forma de exclusão. Esta proposta foi desencadeada a partir de um projeto piloto em janeiro de 1997, em que foram selecionados 38 municípios cujos indicadores, segundo o Censo de 1991 do IBGE, apontavam taxas de 60% da população jovem como analfabetas.

Sua execução é resultante da parceria formulada entre o Conselho da Comunidade Solidária (CS), o Ministério da Educação e do Desporto(MEC)e Conselho de Reitores das Universidades(CRUB), Instituições de Ensino Superior, Empresas, Prefeituras Municipais e sociedade civil.

Trabalhando desde 1997 pela redução dos altos índices de analfabetismo e pelo fortalecimento da oferta pública de Educação de Jovens e Adultos no Brasil, a Alfabetização Solidária registrou, até o final de 2004, 4,9 milhões de alunos atendidos em 2.066 municípios brasileiros.

O Alfasol é uma organização não-governamental, sem fins lucrativos e de utilidade pública, que adota um modelo de alfabetização simples e de baixo custo, baseado em parcerias.

Com a adoção de novas empresas e a adesão de diversas instituições de ensino superior, o Programa vem se expandindo com a inclusão de outros município. Atualmente, a Alfasol atua em parcerias com 166 empresas e com 188 Instituições de Ensino Superior(IES)que já capacitaram mais de 216 mil alfabetizadores.

Cerca de 3,6 milhões de cidadãos aprenderam a ler e escrever. Baseados nestes dados, observamos a diminuição do índice de analfabetismo como algo positivo, porém, estes dados foram conquistados pela intervenção de uma organização não-governamental. Por isso, mesmo que os municípios, IES, União e sociedade civil, atuem em regime de parceria na consolidação do Programa, não podemos perder de vista a necessidade de uma política efetiva gerenciada pelo Estado.

Num país em que a alfabetização é um importante passo no processo de inclusão social, não desmerecemos o mérito das ONGs nesta modalidade de ensino. E neste ponto, o Alfasol comemora os impactos positivos de seu trabalho na evolução das comunidades atendidas e o estímulo desencadeado à continuidade dos estudos e crescimento do nível escolar de seus ex-alunos.

A proposta do programa é que cada módulo tenha a duração de seis meses, sendo um mês para a capacitação dos alfabetizadores, e os outros cinco para aulas de alfabetização. A respeito das metodologias de ensino, desde as grandes Universidades Estaduais e federais a pequenas faculdades privadas, todas desenvolvem métodos pedagógicos variados, compatíveis com a realidade de cada município. Na capacitação dos alfabetizadores, as peculiaridades regionais são levados em consideração.

“Neste momento é muito bom, aprendo coisas que é muito importante para minha vida” (Valdir, 19 anos, alfabetizador do município de Rafael Jambeiro)

É a esta entidade que o IBGE credita a grande responsabilidade pela diminuição em 32% na taxa de analfabetismo na última década.

Esses números garantiram a ela o reconhecimento internacionalmente. O Alfasol foi o único Programa da América Latina destacado para integrar o Kit da Década da Alfabetização. A UNESCO, no ano de 2004, concebe-o vencedor do Prêmio Rei Sejong de Alfabetização, recompensa dada às melhores ações no mundo pela diminuição do analfabetismo.

Tabela.1-Alguns Resultados

99%	Dos municípios afirmaram que o Programa trouxe benefícios para a comunidade
97%	Dos municípios declararam que ocorreram mudanças no setor educacional depois da implantação do Programa
94%	Registram melhoria na infra-estrutura no entorno das escolas
87%	Dos dirigentes afirmaram ter ocorrido uma maior valorização da educação por parte da família
234%	Foi o acréscimo do numero de cooperativas existentes no momento anterior à implantação

Fonte: Revista Escrevendo Juntos. Número 21. Janeiro/Fevereiro

Superando as adversidades

Na sua trajetória, o Programa levou as primeiras letras a lugares onde nunca se instalou qualquer tentativa de alfabetização de jovens e adultos. Assim, alcançou pessoas e regiões em proporções inusitadas. E isto se aplica a pessoas, entidades, empresas, educadores, métodos, formas de compartilhar responsabilidades e à realidade das salas de aulas, espalhadas desde as periferias de grandes capitais a regiões ribeirinhas da Amazônia.

É oportuno salientarmos a crescente atuação do Alfasol nos grandes centros urbanos. Pelo menos 85% da população brasileira vive nas cidades. Nessas áreas, tenta sobreviver um contingente considerável de pessoas que não sabem ler e escrever. E é para ajudar a reverter esse quadro que a Alfasol atua nos centros urbanos do país desde 1999. Nesse ano, foram atendidos 20 mil alunos nas regiões metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro, dando continuidade a diversos centros urbanos.

Embora algumas falhas no Alfasol sejam detectadas, o Programa, também, exporta tecnologia social para outros países. Nesses países, uma das preocupações centrais do Alfasol é respeitar de forma incondicional as particularidades socioculturais de cada parceiro. Colaborar com a redução dos índices de analfabetismo em bolsões de pobreza de todo mundo é a meta ambiciosa do Programa. São quatro de língua portuguesa (Timor Leste, São Tomé e Príncipe, Moçambique e Cabo Verde), que colaboram com tal objetivo e, o mais surpreendente, a Guatemala, de língua espanhola. Fora do Brasil já foram atendidos, do início de 2001 a final de 2002, 12,5 milhões de indivíduos.

Responsabilidades compartilhadas

Uma conquista recente da sociedade brasileira é o envolvimento de diversos setores em ações sociais. Esse movimento ganha maior intensidade a partir dos anos 90. É bom salientarmos isto, visto que tal modelo está intrinsecamente ligado à política do Estado mínimo, citada anteriormente.

Neste campo a Alfamol sai ganhando. Nunca tantos e tão variados setores foram mobilizados com o objetivo de reduzir os índices de analfabetismo. Se, no início dos trabalhos, contou-se com o apoio de 11 empresas, para o segundo semestre de 2003, foram firmados acordos com 135 instituições empresariais. É importante reiterar que vários motivos têm propiciado uma adesão significativa, entre estas pontuamos as isenções concedidas pelo Governo às empresas contribuinte.

As três esferas (federal, estadual e municipal) tem sido constante ao longo dos sete anos do Alfamol. O Ministério da Educação e as prefeituras nos municípios atendidos, que instalam salas, através das Secretarias de Educação apoiam as iniciativas.

Esforço pela continuidade

Dados do Censo Escolar indicam que, entre 2000 e 2002, houve crescimento médio de 254,75% nas matrículas de Educação de Jovens e Adultos, o antigo supletivo nos municípios atendidos. Em contrapartida, no mesmo período, o percentual de acréscimo no restante das cidades do Brasil ficou em 41,25 %, cota que representa a quinta parte do obtido com a participação da Alfamol.

Esses números demonstram a influência positiva do Programa se comparada com o ensino supletivo. Este, tal como estava institucionalizado, indo ao encontro do projeto político e econômico dos anos 70, acabou se tornando um mecanismo de exclusão, na medida em que não permitia o reingresso ao sistema regular de ensino. Indo na direção contrária, há um grande esforço do Alfamol, em garantir a continuidade dos estudos dos alunos do Programa. Em alguns municípios passou de zero para mais de mil o número de vagas de EJA na rede municipal. Esse é o caso de Ipirá (BA) e Santa Quitéria do Maranhão (MA). Observem:

Tabela.2- Multiplicação de vagas

UF	MUNICÍPIO	CENSO ESCOLAR 2001 Vagas em salas de EJA	CENSO ESCOLAR 2002 Vagas em salas de EJA
CE	Tamboril	875	2.682
MA	Aroises	1.416	2.982
BA	Ipirá	0	1.284
PE	Cabo de Santo Agostinho	2.315	3.534
MA	São Mateus do Maranhão	229	1.395
MA	São Domingos do Maranhão	124	1.228
MA	Chapadinha	901	1.995
MA	Santa Quitéria do Maranhão	0	1.074
AL	Traupi	175	1.229
CE	Uroca	221	1.258

Fonte: Censo Escolar de 2001 e 2002

A socióloga Regina Faria(2002) considera notável o impacto do Programa na comunidade. “Os objetivos trazidos pelo Programa apontam para seu objetivo principal (aumento na escolaridade e queda no analfabetismo),mas também registrados melhorias de infra estruturas, maiores níveis de participação comunitária e maior inserção das famílias na escola”.

CONCLUSÃO

Um país sem analfabetos, conseqüentemente, é um país melhor, próspero, crítico e desenvolvido tecnologicamente. Não estamos dizendo que o EJA seja um obstáculo no nosso sistema educacional, mas afirmamos que, se tivéssemos um sistema educacional mais incluyente, não teríamos em plena “sociedade do conhecimento”, cerca 14,6 milhões de analfabetos.

Considerando estes dados que visualizamos, a marginalização da Educação de Jovens e Adultos, no que se refere às políticas públicas, necessita de propostas intensificadoras de inovações metodológicas para melhores ações.

Na direção do que foi exposto, interessa-nos reforçar que uma sistemática política de priorizarão do EJA, ainda requer visão de crescimento. Sabemos que uma ação séria articulada pelo Estado propiciaria amplo impacto além aquisição da leitura e escrita.

Por tudo isto, consideramos o Alfamol uma possibilidade, enquanto as iniciativas de nossos governantes não chegam, uma medida que registra aumento na escolaridade e queda do analfabetismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alfabetização Solidária.Brasília.1997.Apresenta o Programa Alfabetização. Disponível em<<http://www.alfabetizacaosolidária.org.br>. Acesso 3 de junho.2005

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto. **Diretrizes Curriculares para Educação de Jovens e Adultos**. Brasília, DF, 2000.

CARNEIRO, Moacir. **A LDB fácil: leitura crítico-compreensiva artigo**. 9 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

HADDAD, Sérgio. **Tendências Atuais da Educação de Jovens e Adultos**. In: Encontro Latino-Americano sobre Educação de Jovens e Adultos. INEP. Brasília. 1994

HADDAD, Sérgio. **Gestão de Políticas de Educação de Jovens e Adultos**. In: Seminário Internacional de Educação de Jovens e Adultos. São Paulo. 1996.

PAIVA.Vanilda P. **Educação Popular e Educação de Adultos**.5 ed. São Paulo.1987.

Revista Escrevendo Juntos- Publicação do Programa Alfabetização Solidária Nº21 março/maio de 2002

Revista Escrevendo Juntos- Publicação do Programa Alfabetização Solidária Nº24 maio/junho de 2003